



C0060365A

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 127, DE 2016

(Do Sr. Fausto Pinato)

Acrescenta parágrafos ao art. 21-E do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a fim de tratar de prerrogativas do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PRC-104/2015.

APRECIAÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º. Esta Resolução acrescenta parágrafos ao art. 21-E do Regimento Interno da Câmara, a fim de tratar de prerrogativas do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Art. 2º. O art. 21-E do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar acrescido dos §§ 3º, 4º, 5º e 6º:

“Art. 21-Eº.

§ 3º Todas as atividades do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados são dotadas de autonomia e independência dos órgãos da Casa, inclusive da Mesa Diretora.

§ 4º Para a realização de suas atividades, o Conselho de Ética terá plenário sempre disponível.

§ 5º Em qualquer procedimento em trâmite perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, caso o Representado seja membro da Mesa Diretora, ele será afastado do cargo desde a apresentação da Representação à Mesa até a proclamação do resultado da votação pelo Conselho de Ética ou pelo Plenário da Câmara dos Deputados, a depender de cada caso.

§ 6º Os atos e decisões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar só poderão ser atacados pela via judicial, sem efeito suspensivo. Caso o recorrente requeira o efeito suspensivo, deverá apresentar cópia do recurso judicial devidamente protocolizada, a fim de que a decisão acerca da concessão ou não do efeito seja deliberada e aprovada pela maioria absoluta dos membros do Conselho.”

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é um importante órgão da estrutura da Câmara dos Deputados. Em razão da especificidade de suas atribuições e da

imprescindível isenção de seu trabalho, impõe prescrever algumas prerrogativas no exercício de suas atividades.

Primeiramente, apesar de restar evidente que o Conselho é independente e autônomo dos demais órgãos da Casa, inclusive da Mesa Diretora, mister se faz incluir tal disposição no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Em segundo lugar, o Conselho de Ética necessita ter um local sempre que necessitar realizar suas reuniões, sejam elas para deliberação, discussão, instrução processual ou qualquer outra finalidade. Dessa maneira, o órgão merece ter um plenário sempre à sua disposição.

Além da independência dos órgãos da Casa, se faz necessário que sempre que um membro da Mesa Diretora for representado perante o Conselho de Ética, ele deverá se afastar de seu cargo, até que se vote o mérito da Representação perante o Conselho de Ética ou o Plenário, a depender da penalidade aplicada.

Por fim, percebe-se que, face à particularidade, à importância dos temas tratados e da autonomia e independência que o órgão goza, os atos e decisões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar só poderão ser atacados judicialmente, sem efeito suspensivo. Caso seja requerido efeito suspensivo, o recorrente deverá apresentar cópia do recurso judicial devidamente protocolizada, a fim de que a decisão pela concessão ou não do efeito seja deliberada e aprovada pela maioria absoluta dos membros do Conselho.

Por todo o exposto, conto com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente Projeto de Resolução, a fim de aperfeiçoar o Regimento Interno.

Sala das Sessões, 09 de março de 2016.

Deputado FAUSTO PINATO

PRB/SP

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

RESOLUÇÃO N° 17, DE 1989

Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS, considerando a necessidade de adaptar o seu funcionamento e processo legislativo próprio à Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º O Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar na conformidade do texto anexo.

Art. 2º Dentro de um ano a contar da promulgação desta resolução, a Mesa elaborará e submeterá à aprovação do Plenário o projeto de Regulamento Interno das Comissões e a alteração dos Regulamentos Administrativo e de Pessoal, para ajustá-los às diretrizes estabelecidas no Regimento.

Parágrafo único. Ficam mantidas as normas administrativas em vigor, no que não contrarie o anexo Regimento, e convalidados os atos praticados pela Mesa no período de 1º de fevereiro de 1987, data da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, até o início da vigência desta resolução.

Art. 3º A Mesa apresentará projeto de resolução sobre o Código de Ética e Decoro Parlamentar. ([Vide Resolução nº 25, de 2001](#))

Art. 4º Ficam mantidas, até o final da sessão legislativa em curso, com seus atuais Presidente e Vice-Presidentes, as Comissões Permanentes criadas e organizadas na forma da Resolução nº 5, de 1989, que terão competência em relação às matérias das Comissões que lhes sejam correspondentes ou com as quais tenham maior afinidade, conforme discriminação constante do texto regimental anexo (art. 32). ([Vide Resolução nº 20, de 2004](#))

§ 1º Somente serão apreciadas conclusivamente pelas Comissões, na conformidade do art. 24, II, do novo Regimento, as proposições distribuídas a partir do início da vigência desta Resolução.

§ 2º Exetuam-se do prescrito no parágrafo anterior os projetos em trâmite na Casa, pertinentes ao cumprimento dos arts. 50 e 59 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em relação aos quais o Presidente da Câmara abrirá o prazo de cinco sessões para a apresentação de emendas nas Comissões incumbidas de examinar o mérito das referidas proposições.

Art. 5º Ficam mantidas, até o final da legislatura em curso, as lideranças constituídas, na forma das disposições regimentais anteriores, até a data da promulgação do Regimento Interno.

Art. 6º Até 15 de março de 1990, constitui a Maioria a legenda ou composição partidária integrada pelo maior número de representantes, considerando-se Minoria a representação imediatamente inferior.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se a Resolução nº 30, de 1972, suas alterações e demais disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1989. - *Paes de Andrade*, Presidente.

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

TÍTULO II DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA

CAPÍTULO III DA PROCURADORIA PARLAMENTAR

Art. 21. A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Câmara, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão do exercício do mandato ou das suas funções institucionais.

§ 1º A Procuradoria Parlamentar será constituída por onze membros designados pelos Presidente da Câmara, a cada dois anos, no início da sessão legislativa, com observância, tanto quanto possível, do princípio da proporcionalidade partidária.

§ 2º A Procuradoria Parlamentar providenciará ampla publicidade reparadora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, o órgão de comunicação ou de imprensa que veicular a matéria ofensiva à Casa ou a seus membros.

§ 3º A Procuradoria Parlamentar promoverá, por intermédio do Ministério Público, da Advocacia-Geral da União ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para obter ampla reparação, inclusive aquela a que se refere o inciso X do art. 5º da Constituição Federal.

CAPÍTULO III-A DA OUVIDORIA PARLAMENTAR *(Capítulo acrescido pela Resolução nº 19, de 2001)*

Art. 21-A. Compete à Ouvidoria Parlamentar:

I – receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas sobre:

- a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;
- b) ilegalidades ou abuso de poder;
- c) mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa;
- d) assuntos recebidos pelo sistema 0800 de atendimento à população;

II – propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados;

III – propor medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos, bem como ao aperfeiçoamento da organização da Câmara dos Deputados;

IV – propor, quando cabível, a abertura de sindicância ou inquérito destinado a apurar irregularidades de que tenha conhecimento;

V – encaminhar ao Tribunal de Contas da União, à Polícia Federal, ao Ministério Público, ou a outro órgão competente as denúncias recebidas que necessitem maiores esclarecimentos;

VI – responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Câmara sobre os procedimentos legislativos e administrativos de seu interesse;

VII – realizar audiências públicas com segmentos da sociedade civil. ([Artigo acrescido pela Resolução nº 19, de 2001](#))

Art. 21-B. A Ouvidoria Parlamentar é composta de um Ouvidor-Geral e dois Ouvidores Substitutos designados dentre os membros da Casa pelo Presidente da Câmara, a cada dois anos, no início da sessão legislativa, vedada a recondução no período subsequente. ([Artigo acrescido pela Resolução nº 19, de 2001](#))

Art. 21-C. O Ouvidor-Geral, no exercício de suas funções, poderá:

I – solicitar informações ou cópia de documentos a qualquer órgão ou servidor da Câmara dos Deputados;

II – ter vista no recinto da Casa de proposições legislativas, atos e contratos administrativos e quaisquer outros que se façam necessários;

III – requerer ou promover diligências e investigações, quando cabíveis.

Parágrafo único. A demora injustificada na resposta às solicitações feitas ou na adoção das providências requeridas pelo Ouvidor-Geral poderá ensejar a responsabilização da autoridade ou do servidor. ([Artigo acrescido pela Resolução nº 19, de 2001](#))

Art. 21-D. Toda iniciativa provocada ou implementada pela Ouvidoria Parlamentar terá ampla divulgação pelo órgão de comunicação ou de imprensa da Casa. ([Artigo acrescido pela Resolução nº 19, de 2001](#))

CAPÍTULO III-B DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR ([Capítulo acrescido pela Resolução nº 2, de 2011](#))

Art. 21-E. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, composto de 21 (vinte e um) membros titulares e igual número de suplentes, é o órgão da Câmara dos Deputados competente para examinar as condutas puníveis e propor as penalidades aplicáveis aos Deputados submetidos ao processo disciplinar previsto no Código de Ética e Decoro Parlamentar, que integra este Regimento.

§ 1º Os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados serão designados para um mandato de 2 (dois) anos, na forma dos arts. 26 e 28 deste Regimento Interno, os quais elegerão, dentre os titulares, 1 (um) Presidente e 2 (dois) Vice-Presidentes, observados os procedimentos estabelecidos no art. 7º deste Regimento, no que couber.

§ 2º As disposições constantes do parágrafo único do art. 23, do § 2º do art. 40 e do art. 232 deste Regimento Interno não se aplicam aos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. ([Artigo acrescido pela Resolução nº 2, de 2011](#))

CAPÍTULO III-C
DA CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Capítulo acrescido pela Resolução nº 25, de 2013)

Art. 21-F. Compete à Corregedoria Parlamentar, observado o disposto nos arts. 267, 268, 269 e 271:

I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Câmara dos Deputados;

II - dar cumprimento às determinações da Mesa referentes à segurança interna e externa da Câmara dos Deputados;

III - promover sindicância ou inquérito para apuração de notícias de ilícitos, no âmbito da Câmara dos Deputados, que envolvam Deputados.

Parágrafo único. Nas hipóteses de perda de mandato previstas nos incisos IV e V do art. 55 da Constituição Federal, a análise, no âmbito da Câmara dos Deputados, restringir-se-á aos aspectos formais da decisão judicial. ([Artigo acrescido pela Resolução nº 25, de 2013](#))

Art. 21-G. A Corregedoria Parlamentar é composta por 1 (um) Corregedor e 3 (três) Corregedores Substitutos. (["Caput" do artigo acrescido pela Resolução nº 25, de 2013](#))

Parágrafo único. Os membros da Corregedoria Parlamentar serão designados para mandatos de 2 (dois) anos pelo Presidente da Câmara dos Deputados, vedada a recondução no período subsequente, na mesma legislatura. ([Parágrafo único acrescido pela Resolução nº 25, de 2013, com redação dada pela Resolução nº 54, de 2014](#))

CAPÍTULO III-D
DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
(Capítulo acrescido pela Resolução nº 3, de 2015)

Art. 21-H. Compete à Secretaria de Relações Internacionais:

I – estabelecer as diretrizes da diplomacia parlamentar da Câmara dos Deputados;

II – promover a cooperação com parlamentos de Estados estrangeiros;

III – apoiar as delegações, comitivas e representações da Câmara dos Deputados em missão oficial. ([Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 2015](#))

Art. 21-I. O Secretário de Relações Internacionais será escolhido pelo Presidente da Câmara dos Deputados entre os deputados no exercício do mandato, podendo ser substituído a qualquer tempo. ([Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 2015](#))

CAPÍTULO III-E
DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Capítulo acrescido pela Resolução nº 4, de 2015)

Art. 21-J. Compete à Secretaria de Comunicação Social:

I – zelar pela divulgação dos trabalhos parlamentares;

II – estabelecer as diretrizes gerais de divulgação institucional;

III – definir a política de comunicação da Câmara dos Deputados;

IV – implementar ações que facilitem o alcance dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados no território nacional;

V – supervisionar as atividades do órgão de comunicação e imprensa da Câmara dos Deputados;

VI – realizar audiências públicas com segmentos da sociedade para ampliar a interação dos veículos de comunicação da Casa. (*Artigo acrescido pela Resolução nº 4, de 2015*)

Art. 21-K. O Secretário de Comunicação Social será escolhido pelo Presidente da Câmara dos Deputados entre os deputados no exercício do mandato, podendo ser substituído a qualquer tempo, e terá como atribuição a supervisão dos veículos de comunicação social da Câmara dos Deputados. (*Artigo acrescido pela Resolução nº 4, de 2015*)

CAPÍTULO IV DAS COMISSÕES

Seção I Disposições Gerais

Art. 22. As Comissões da Câmara são:

I - Permanentes, as de caráter técnico-legislativo ou especializado integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legiferante, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II - Temporárias, as criadas para apreciar determinado assunto, que se extinguem ao término da legislatura, ou antes dele, quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de duração.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO